

Ronaldo José Seramim¹
Sandra Mara Stocker Lago²

*Estudo das publicações sobre
sustentabilidade em pequenas propriedades
rurais no período de 2005 a 2015*

Introdução

A sustentabilidade em pequenas propriedades rurais, mesmo que intrinsecamente, é difundida em diversos estudos brasileiros. O tema da sustentabilidade é frequentemente utilizado por pesquisadores de diferentes áreas para compreender aspectos diversos na agricultura familiar, dada sua importância para o desenvolvimento, assim é preponderante analisar como a produção científica vem tratando e abordando o assunto.

As abordagens estão diretamente associadas ao desenvolvimento rural sustentável, bem como ao desenvolvimento local, regional, territorial e agrícola (ANJOS, CRIADO e CALDAS, 2013; ARRUDA *et al.*, 2015; FILHO e RIBEIRO, 2014; KRONEMBERGER e GUEDES, 2014; KLOSTER e CUNHA, 2014; NADALETO, 2013; FROEHLICH, 2012; PIOVESAN, 2011).

Um dos problemas apresentados no decorrer dos anos é o êxodo rural, motivo pelo qual alguns estudos foram realizados sobre a sustentabilidade de pequenas propriedades (CALDAS JÚNIOR, 2009; NAKAJIMA, 2014). Em algumas localidades, as dificuldades decorrem da falta de estrutura, de acesso às políticas voltadas à agricultura familiar, deficiências financeiras e a baixa escolaridade dos agricultores que contribuem para a saída dos jovens do meio rural em busca de trabalho na cidade (FACIONI e PEREIRA, 2015).

A sustentabilidade de pequenas propriedades rurais também tem sido abordada em teses e dissertações de várias universidades, contemplando

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Administração - Mestrado Profissional pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Pós-graduado em Administração Financeira pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e em Docência no Ensino Superior pela UniCesumar. E-mail: ronaldoseramim@yahoo.com.br.

² Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Unioeste - Campus de Toledo, professora do Curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) - Mestrado Profissional pela Unioeste - Campus de Cascavel. E-mail: smstocker@uol.com.br, sandra.lago@unioeste.br.

estudos qualitativos e quantitativos em diferentes regiões, com foco em aspectos sociais, ambientais e econômicos. Piovesan (2011) concluiu que é possível viabilizar uma pequena propriedade por meio de processos sustentáveis, mesmo em meio a uma agricultura moderna, convencional, química ou de consumo (CALDAS JÚNIOR, 2009).

Dessa forma, várias estratégias são utilizadas pelos produtores rurais para se sobressair perante as diversidades regionais, como por exemplo, a venda direta ao consumidor em Santa Catarina (SCHNEIDER; FERRARI, 2015); o associativismo estudado em Mato Grosso do Sul (SANGALLI *et al.*, 2015) e a produção de leite no Rio Grande do Sul (SILVA NETO e BASSO, 2005). Para isso, o apoio técnico ao agricultor é muito importante para a melhoria da renda e qualidade de vida, favorecendo o desenvolvimento tecnológico e científico da agricultura familiar (MENDES e URBINA, 2015) e, conseqüentemente, sendo sustentável.

Alguns autores ainda destacam a relevância de estudos futuros para a construção de maior conhecimento sobre o tema (CAÍRES e AGUIAR, 2015; CALDAS JÚNIOR, 2009), para compreender com maior profundidade as dinâmicas agroecológicas, econômicas e sociais envolvidas (PIOVESAN, 2011). Além disso, não há estudos bibliográficos similares sobre o assunto.

Diante da relevância, necessidade e lacuna apresentadas, a pergunta de pesquisa é: como a sustentabilidade em pequenas propriedades rurais vem sendo abordada em publicações brasileiras nos últimos dez anos?

Portanto, este estudo visou caracterizar e analisar como a temática da sustentabilidade em pequenas propriedades rurais é evidenciada em teses, dissertações e periódicos nacionais em língua portuguesa, no período de 2005 a 2015.

Nas próximas seções são apresentadas revisões teóricas sobre o tema da sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável e pequenas propriedades rurais para nortear as análises. A seguir constam os métodos, com o delineamento da pesquisa, posteriormente os resultados encontrados, discussões e, finalmente, as considerações finais e recomendações.

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável

A sustentabilidade é frequentemente conceituada considerando os aspectos social, ambiental e econômico, proveniente do termo *Triple Bottom Line* criado por John Elkington em 1994, como 3Ps (*People, planet and profit*) (ELKINGTON, 2004).

Sachs (2002) defende mais algumas dimensões a serem consideradas, como: a social; a cultural; a ecológica; a ambiental; a territorial; a econômica e política (nacional e internacional). Alencastro (2012) resume

que a preocupação central em termos de sustentabilidade é o modo de produção e seus impactos, ou seja, todas essas dimensões devem ser consideradas por quem detêm os modos de produção e sociedade. Nesta perspectiva, os aspectos sociais são relevantes em termos de distribuição de renda justa, com emprego e qualidade de vida; o cultural refere-se ao respeito entre a tradição e a inovação; ecológico para preservar o capital natural; ambiental no sentido de respeitar ecossistemas naturais; territorial relacionando a melhoria do ambiente urbano e superação das disparidades inter-regionais; econômica voltada ao desenvolvimento inter-setorial equilibrado; política nacional para a democracia, capacidade do Estado e coesão social; e política internacional na prevenção de guerras, garantia da paz e cooperação entre países (SACHS, 2002).

As primeiras concepções sobre desenvolvimento sustentável foram realizadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em 1972, em Estocolmo, na Suécia (BRUNACCI e PHILIPPI JR, 2014). O conceito foi aprimorado em 1987, que define o desenvolvimento sustentável, como: atender as necessidades e aspirações do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações suprirem suas próprias (WCED, 1987). Brunacci e Philippi Jr (2014) afirmam que o futuro se baseia no presente, então, se este estiver pautado pelo verdadeiro desenvolvimento, aquele (garantias futuras) necessariamente será seu desdobramento.

Após vinte anos da Conferência em Estocolmo ocorreu a conferência mundial chamada de “Rio 92” para avaliação dos avanços, e, sequencialmente, a “Rio+5” e “Rio+10” (KOHLENER e PHILIPPI JR, 2014). E em 2012, a cidade do Rio de Janeiro foi sede da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável “Rio+20”. Resultando em um documento final intitulado “O Futuro que Nós Queremos” adotado pelas principais lideranças mundiais para superar alguns desafios, como: crescimento populacional; mudanças climáticas e emissões de gases; demanda crescente por energia; a demanda por recursos naturais ser superior à capacidade de regeneração do planeta; redução das florestas; diminuição da quantidade de água potável disponível; crescimento da utilização do solo e situações relacionadas à segurança alimentar (ALENCASTRO, 2012).

Desenvolvimento sustentável nas pequenas propriedades rurais

Primeiramente é relevante descrever que pequenas propriedades são entendidas, de acordo com a Lei n.º 11.326/2006, como agricultura familiar ou empreendimentos rurais familiares. Em relação ao tamanho,

são aquelas que não excedem a quatro módulos fiscais que podem variar em cada localidade ou estado da federação (BRASIL, 2006).

Neste sentido, ao analisar o desenvolvimento sustentável em pequenas propriedades descobrem-se condições e problemáticas envolvidas, como: carência de saneamento básico ambiental (BARROS, 2013; BRUNACCI e PHILIPPI JR, 2014); utilização crescente de agrotóxicos (BRUNACCI e PHILIPPI JR, 2014; NAKAJIMA, 2014); demanda por incremento produtivo no setor agrícola que resulta em degradação ambiental (PIOVESAN, 2011); predominância da agricultura convencional com impactos no meio ambiente (CALDAS JÚNIOR, 2009) e no manejo de resíduos (BRUNACCI e PHILIPPI JR, 2014); modernização agrícola (tecnologias) e erros praticados contra o meio ambiente (ENGEL, 2012); êxodo rural (CALDAS JÚNIOR, 2009; ENGEL, 2012; NAKAJIMA, 2014; PHILERENO, 2008); pouca escolaridade de produtores e baixa cultura gerencial (ENGEL, 2012); erosão e desmatamento (BRUNACCI e PHILIPPI JR, 2014).

No contexto das pequenas propriedades, o desenvolvimento sustentável deve observar se é possível a produção de produtos sem acabar ou destruir com os recursos naturais de uma forma que não utilize agrotóxicos. O processo de mudança/transição da agricultura convencional para a sustentável está em curso (ENGEL, 2012).

Esses processos não são generalizados em todas as regiões, mas sabe-se que cada degradação ocasionada em diferentes locais pode favorecer o aumento dos problemas ambientais globais, como as mudanças climáticas, a escassez de água potável ou sua contaminação, a diminuição da camada de ozônio etc., que também podem ter repercussões locais (BRUNACCI e PHILIPPI JR, 2014).

Estudos relacionados à sustentabilidade em pequenas propriedades

Caíres e Aguiar (2015) identificaram as práticas de sustentabilidade mais frequentes em algumas propriedades rurais do interior paulista e concluíram que, apesar das dificuldades, os produtores possuem uma visão positiva sobre o tema, visualizando a sustentabilidade como uma interface estratégica para as pequenas e médias propriedades.

Para alguns autores a sustentabilidade está diretamente ligada aos conceitos agroecológicos desenvolvidos nos últimos anos, com a justificativa da crescente degradação ambiental ocasionada por manejos convencionais. Piovesan (2011) comparou a sustentabilidade sob os manejos agrícolas convencional e agroecológico no baixo sul da Bahia e

demonstrou que o agroecológico é mais eficiente em relação à manutenção da biodiversidade e serviços ecossistêmicos associados.

Além da divisão de opiniões sobre o tipo de manejo, o fator da diversificação é algo frequentemente apresentado como preponderante para a “sustentabilidade” no sentido de sustentar a permanência de agricultores no campo. Em um estudo realizado por Pelinski, Da Silva e Shikida (2005) em uma pequena propriedade, foi possível identificar a diversificação de atividades como uma nova dinâmica de produção.

Nota-se que o pensamento lógico descrito em pesquisas é que a sustentabilidade está associada ao desenvolvimento não apenas na propriedade, mas da comunidade local e da região, contribuindo para o desenvolvimento rural. Silva Neto e Basso (2005) realizaram um estudo sobre a organização produtiva do leite no Rio Grande do Sul sob uma ótica do desenvolvimento rural, destacando suas considerações para o desenvolvimento econômico que se deseja para o Estado, e ressaltando a importância de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Schneider e Ferrari (2015) analisaram o processo de agregação de valor aos produtos da agricultura por meio de agroindústria familiar, do artesanato, do turismo rural, da prestação de serviços e com a constituição de redes de cooperação em Santa Catarina, como fatores ligados ao desenvolvimento rural. Estes pontos contribuem para a geração de renda, trabalho e fortalecimento do tecido social em comunidades rurais.

Sangalli *et al.* (2015) estudaram a importância do associativismo em um assentamento no Mato Grosso do Sul e destacaram a relevância em romper o individualismo. E Silva *et al.* (2014) afirmam que a formação social de agricultores por meio de cooperativas é outra opção dentro das dimensões da sustentabilidade. É uma alternativa para o alcance da competitividade e da superação de comportamentos individualistas.

A preocupação com o meio ambiente, fator financeiro, planejamento pessoal e comercial, comunicação e informação são itens destacados que fazem referência aos produtores rurais de sucesso (CELLA e PERES, 2002). Pode-se afirmar que a sustentabilidade, se considerada pelo produtor rural, é um aspecto importante para o sucesso.

Destaca-se também a relevância de políticas públicas voltadas ao meio rural. Os projetos desenvolvidos em assentamentos rurais no estado de São Paulo, voltados para o desenvolvimento rural sustentável tem foco no processo produtivo, na adoção de princípios da agroecologia e na restrição ao uso de agrotóxicos. Porém, existem outros problemas, como por exemplo, a falta de saneamento básico que não está no foco dos processos (FILHO e RIBEIRO, 2014).

Filho e Ribeiro (2014) concluíram que nos assentamentos de São Paulo

os agricultores não possuem a percepção das políticas públicas de desenvolvimento sustentável aplicada pelas entidades. Apesar de relevante, a temática é abordada por políticas públicas que priorizam algumas práticas em detrimento de outras que devem ser consideradas, como fatores econômicos e sociais envolvidos.

Carvalho, Prévot e Machado (2014) realizaram uma pesquisa sobre o uso da teoria da visão baseada em recursos em propriedades rurais e descobriram que recursos financeiros e tecnológicos são menos referenciados em estudos bibliográficos. Em quase todos os trabalhos ocorre a presença de recursos organizacionais e os físicos ficam em segundo plano. Isso indica que existe uma menor importância dada aos recursos físicos, tecnológicos e financeiros, diferente da proposta pelo desenvolvimento sustentável, onde deve haver equivalência na importância.

Caíres e Aguiar (2015) evidenciaram algumas práticas de sustentabilidade adotadas em propriedades rurais, como: coleta seletiva; devolução de embalagens dos defensivos agrícolas; medidas para redução do consumo de energia; medidas para redução do desperdício de insumos agrícolas; técnicas de conservação do solo; exigência do uso correto de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs pelos trabalhadores; contratação de trabalhadores em regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT; existência de fossa séptica e poço próprio para captação de água; manutenção de Áreas de Preservação Permanente e a utilização de agroquímicos conforme receituário agrônomo.

Além desses aspectos, os agricultores pesquisados no estudo de Caíres e Aguiar (2015) afirmam que a falta de conhecimento sobre o tema da sustentabilidade é um aspecto inibidor e necessitam de apoio para avançar em direção a práticas adequadas.

Procedimentos metodológicos

A metodologia desta pesquisa classifica-se como bibliográfica (CERVO, BERVIAN e DA SILVA, 2007), por tratar-se de um levantamento da produção científica do tema "sustentabilidade em pequenas propriedades rurais". Ao mesmo tempo é exploratória visando conhecer com maior profundidade o assunto e os conceitos preliminares não contemplados de modo satisfatório anteriormente (RAUPP e BEUREN, 2009).

Foram realizadas descrições e caracterização dos trabalhos para descobrir as relações entre os elementos encontrados (CERVO, BERVIAN e DA SILVA, 2007) atrelada ao processo de análise de conteúdo (BARDIN, 2010). Os procedimentos de coletas de dados são baseados nos pressupostos da pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias

(COLAUTO e BEUREN, 2009) para o levantamento da produção científica com perspectiva longitudinal.

Primeiramente, definiu-se o período da pesquisa, que considerou as publicações realizadas entre 2005 e 2015. A coleta de dados foi organizada em duas etapas: (1) pesquisas em teses e dissertações e (2) artigos nacionais publicados em revistas classificadas pelo *Qualis* – Classificação dos Periódicos da Capes entre A2 e B3. Em ambas as fases as buscas contemplaram termos nos títulos, resumos e palavras-chave com variações por palavras individuais e somadas.

(1) As teses e dissertações foram pesquisadas nos portais da Capes e Ibtict, no período de 11 a 20 de setembro de 2015, com as seguintes palavras-chave: rural; pequeno produtor; sustentabilidade em propriedade rural; sustentabilidade+propriedade+rural; sustentabilidade em pequena propriedade rural; pequenas propriedades rurais; agricultura familiar. Os resultados da pesquisa retornaram em 36 trabalhos, sendo selecionadas 21 teses e dissertações.

(2) Os artigos nacionais foram pesquisados com os mesmos termos das teses e dissertações no período de 22 a 25 de outubro de 2015. Porém, individualmente, em cada uma das 121 revistas da área de administração encontradas na Plataforma Sucupira da Capes na opção consultas.

As buscas nos periódicos foram realizadas e os resultados e quantidade de trabalhos utilizados constam no Quadro 1.

Quadro 1 – Quantidade de artigos utilizados por revista

Termos de pesquisa	Data	Revista	Res.	Util.
Rural	22/10	RAC – Revista de Administração Contemporânea	7	1
pequeno produtor rural	22/10	Cadernos Ebape.br (FGV)	1	1
agricultura familiar	22/10	Cadernos Ebape.br (FGV)	1	1
Rural	22/10	Dados (Rio de Janeiro)	11	3
pequena propriedade	22/10	Organizações & Sociedade	1	1
Rural	22/10	Organizações & Sociedade	6	1
Rural	22/10	RAE (Impresso)	1	0
Rural	23/10	RAUSP-e (São Paulo)	4	2
pequena propriedade	23/10	Revista Brasileira de Gestão de Negócios (Online)		
pequena propriedade	23/10	RACE – Revista de Administração, contabilidade e economia	1	1

Estudo das publicações sobre sustentabilidade em pequenas propriedades...

pequena propriedade	23/10	Revista da Micro e Pequena Empresa (FACCAMP)	1	1
pequena propriedade	23/10	Organizações rurais & Agroindustriais	1	1
pequeno produtor	24/10	Organizações rurais & Agroindustriais	2	2
agricultura familiar	24/10	Organizações rurais & Agroindustriais	29	29
Rural	24/10	Desenvolvimento em Questão	55	14
agricultura familiar	24/10	Desenvolvimento em Questão	4	1
pequeno produtor	24/10	Gestão & Produção	1	1
Rural	24/10	Gestão & Produção	11	2
sustentabilidade e pequena propriedade	25/10	Revista de Economia e Sociologia Rural	7	4
agricultura familiar	25/10	Estudos Sociedade e Agricultura.	25	17
pequeno produtor	25/10	Estudos Sociedade e Agricultura.	2	2
sustentabilidade e em pequena propriedade	25/10	Revista Estudo Sociedade e Agricultura	1	1
Rural	25/10	Saúde e Sociedade	32	4
Total			204	90

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Ao todo foram encontrados 204 artigos a partir das buscas e selecionados 90 trabalhos (Quadro 1). A data descrita refere-se ao dia de pesquisa e o termo foi aquele que indicou o número de resultados na terceira coluna. O total geral de trabalhos foi: 3 teses; 18 dissertações e 90 artigos científicos.

Os trabalhos foram selecionados de acordo com sua abordagem da sustentabilidade em pequenas propriedades rurais. Considera-se a classificação de pequena propriedade que está relacionada com a temática da agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária, tamanho de até quatro módulos fiscais, de acordo com a Lei n.º 11.326/2006 (BRASIL, 2006).

A escolha dos periódicos se deu pelos seguintes critérios de exclusão: não contempla uma temática da sustentabilidade em propriedades rurais, considerando as dimensões - social, econômica ou ambiental; periódicos em outro idioma e internacionais; trabalhos que apareceram nas buscas

mas tratavam de análises específicas (física, biológica ou química) de propriedades; trabalhos encontrados que tratavam apenas da saúde do produtor rural e aqueles que não estavam dentro da classificação A2 até B3.

A abordagem se dá de forma quantitativa separadamente nas etapas de classificação e, posteriormente, realiza-se uma análise qualitativa dos trabalhos encontrados, proporcionando resultados e recomendações importantes.

A análise se deu por meio do método de análise de conteúdo (BARDIN, 2010), contemplando as fases de (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na pré-análise ocorreu à organização dos dados em duas planilhas eletrônicas Microsoft Excel, uma com controle das teses e dissertações e outra com os periódicos. Essa fase permitiu a escolha adequada dos trabalhos a serem analisados, a partir da leitura flutuante. Foi realizada a disposição das informações dos trabalhos pesquisados por colunas na seguinte estrutura geral: número do artigo, tese ou dissertação; título; revista; classificação Capes; ano de publicação; autores; origem dos autores ou programa; classificação de tema central; palavras-chave; abordagem; método; resultados; sugestões de trabalhos futuros; observações sobre o trabalho e relevância central para o tema (alta, média ou baixa). Os dados organizados permitiram gerar tabelas dinâmicas para identificar as quantidades (exploração do material), seguindo as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

Com relação à exploração do material, os trabalhos foram tabulados em forma de tabelas dinâmicas com adaptações para obter as quantidades descritas nas análises e discussões. O processo de exploração se dá separadamente nas duas etapas, primeiramente teses e dissertações e, posteriormente, os periódicos. A classificação central do tema permitiu dividir os trabalhos e analisar a relevância de seu conteúdo para a temática. Os trabalhos foram analisados no seu contexto e classificados de acordo com a dimensão de sustentabilidade: econômica, social ou ambiental. As leituras sistemáticas foram realizadas com auxílio do software Atlas.ti com aplicação de códigos centrais, proporcionando a organização de redes de autores e das subdimensões.

Quanto ao tratamento dos resultados obtidos e interpretação, os resultados são tratados de maneira a serem falantes (significativos) e válidos (BARDIN, 2010). São utilizadas operações estatísticas simples sem testes de validação, visando uma análise qualitativa aprofundada.

As inferências e interpretação estão descritas em cada item, descritas nas análises e discussões dos resultados.

Análise das teses e dissertações

Foram encontradas 3 teses de doutorado e 18 dissertações de mestrado organizadas conforme o ano de publicação na Tabela 1.

Tabela 1 – Publicações por ano

Ano	Quantidade	Porcentagem
2005	2	9,52%
2008	3	14,29%
2009	5	23,81%
2010	3	14,29%
2011	1	4,76%
2012	3	14,29%
2013	1	4,76%
2014	3	14,29%

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Em 2009, houve maior número de trabalhos realizados com 23,81% (Tabela 1). Em média foram produzidas 2,1 dissertações por ano no período pesquisado.

As instituições e a quantidade de trabalhos, em ordem decrescente, foram: Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (4); UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (3); UNB – Universidade Nacional de Brasília (2); UCB – Universidade Católica de Brasília (1); UNICAMP – Universidade de Campinas (1); UFBA – Universidade Federal da Bahia (1); UCS – Universidade de Caxias do Sul (1); UFG – Universidade Federal de Goiás (1); UNESP – Universidade Estadual Paulista (1); UFPEL – Universidade Federal de Pelotas (1); Uninove – Universidade Nove de Julho (1); UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco (1); UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná (1); PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1); UFS – Universidade Federal de Sergipe (1).

Das instituições que mais produzem, maior parte delas está localizada no Paraná, Rio Grande do Sul, Brasília e São Paulo. Os estudos são relacionados com a região onde cada universidade está inserida.

Do total de teses e dissertações, 8 possuem abordagem qualitativa, 12 são quantitativa/qualitativa e 1 estudo quantitativo. Os temas centrais

dos trabalhos foram separados por temática principal, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Temáticas

Temas	Quantidade
Agricultura familiar; agroindústria;	3
Ambiental; educação ambiental; legislação; meio ambiente.	8
Sustentabilidade; diversificação; agroecologia.	8
Geografia; turismo rural.	2

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os temas contemplados ressaltam análises na área ambiental, sobre a legislação, sustentabilidade, diversificação e agroecologia. Alguns trabalhos pertencem aos programas de Geografia, mas relacionam-se com a sustentabilidade por considerar a biodiversidade de propriedades.

As áreas dos programas de pós-graduação dos trabalhos foram: Administração e desenvolvimento rural (1); Agronomia (2); Desenvolvimento e meio ambiente (1); Desenvolvimento regional e agronegócio (1); Desenvolvimento rural (1); Desenvolvimento sustentável (1); Direito ambiental e biodireito (1); Economia e desenvolvimento (1); Engenharia (1); Engenharia de alimentos (1); Engenharia de produção (1); Engenharia do meio ambiente (1); Engenharia elétrica (1); Geografia (3); Gestão ambiental e sustentabilidade (1); Gestão e planejamento ambiental (1); Política e gestão ambiental (1) e Ecologia e biomonitoramento (1). A maior parte dos programas de mestrado e doutorado analisados pertencem à área de desenvolvimento ou engenharias. Além disso, foram três trabalhos de Geografia que também foram considerados pela sua abordagem voltada para a sustentabilidade.

As teses e dissertações também foram classificadas de acordo com sua relevância (alta, média ou baixa) descritas na Tabela 3.

Tabela 3 – Relevância para a temática e tipo de programa de Pós-graduação

Relevância	Quantidade	Percentual
Alta	3	14,29%
Média	7	33,33%
Baixa	11	52,38%

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os 3 trabalhos classificados em alta relevância, eram relacionados aos aspectos bidimensionais da sustentabilidade com uma abordagem administrativa da propriedade com visão do todo, no sentido social, econômico e ambiental. Os 7 trabalhos com média relevância possuíam análises direcionadas para determinado fator da sustentabilidade, ou aspectos específicos, e 11 com baixa relevância, que descreviam um caso específico e não permitiam uma generalização maior em termos de sustentabilidade.

Por conseguinte, relata-se as principais discussões e resultados abordados nas teses e dissertações selecionadas nesta pesquisa.

Piovesan (2011), quando fala sobre sustentabilidade remete ao modelo de produção simples sustentável, de baixo custo, não poluente e congruente com o contexto socioambiental local, promovendo segurança ao produtor, meio ambiente e consumidor final. Para Caldas Júnior (2009) a vida no campo garante uma maior qualidade de vida quando as questões sustentáveis são levadas a sério.

Essa qualidade de vida faz com que pequenos produtores se mobilizem para desfrutar do turismo rural e das pousadas (GONÇALVES, 2008; PHILERENO, 2008). A mobilização leva à formação de agroindústrias familiares para produção de produtos artesanais, prestação de serviços, criação de peixe, leite, banha, mel, queijo, linguiça, ovos, vinho, geleia, suco de uva e conservas diretamente ao consumidor. Essas ações garantem renda, preservação da paisagem do ambiente, utilização de adubos orgânicos, ocupação de áreas agrícolas por matas plantadas (PHILERENO, 2008).

A cultura da uva de mesa também é difundida em determinadas regiões; nesse tipo de cultura é primordial o uso racional e eficiente de insumos agrícolas para garantia de produtividade e qualidade, o que também assegura retorno para os proprietários e excelentes índices de lucratividade (COSTA, 2011).

A agroindústria gera benefícios aos agricultores, mas depende de capacitação tecnológica, produtiva e mercadológica do estabelecimento rural. Além da necessidade de mão de obra familiar. Os benefícios econômicos são favoráveis e auxiliam a propriedade na sustentabilidade econômico-financeira (NYCHAI, 2005; POSSENTI, 2010). A formação de agroindústrias pode auxiliar na redução do êxodo, mas são necessárias políticas públicas que façam com que o jovem permaneça no campo, com assistência técnica (POSSENTI, 2010).

Alternativas para a eletrificação rural também são analisadas sob a ótica da sustentabilidade, como a tecnologia fotovoltaica. Propriedades

rurais podem utilizar sistemas fotovoltaicos para garantir energia elétrica de qualidade no meio rural (MESQUITA, 2014).

Em relação à produtividade do solo, relacionada com a sustentabilidade econômica, propriedades pesquisadas em alguns estudos tiveram redução com o passar dos anos (CALDAS JÚNIOR, 2009; ISLABÃO, 2009), decorrente de alterações na condição química e microbiológica por conta da adição de fertilizantes de forma demasiada, e não seguindo as recomendações fornecidas pela análise de solo (ISLABÃO, 2009).

Neste contexto também existem fatores limitadores. Caldas Júnior (2009), Engel (2012) e Caíres (2014) descrevem o baixo nível de escolaridade que prevalece no meio rural, como um fator que interfere no planejamento e na continuidade da gestão para gerações futuras. Alguns fatores prioritários do planejamento das propriedades levam em conta apenas a comercialização da produção e o lucro (CALDAS JÚNIOR, 2009; ENGEL, 2012), o que distancia o produtor de uma concepção ampla em torno da sustentabilidade.

Dentre fatores econômicos e sociais analisados, os custos de produção e a empregabilidade são vistos como preponderantes. A falta de recursos próprios para a infraestrutura, carência de políticas de Estado para garantia de preço mínimo e seguro agrícola são fatores negativos que influenciam na sustentabilidade (ENGEL, 2012).

A sustentabilidade também depende de políticas públicas e serviços, como linhas de ônibus, transporte escolar, escolas, sinal telefônico, condições das estradas, postos de saúde próximos (CALDAS JÚNIOR, 2009). Em algumas regiões existem mais perspectivas de insustentabilidade, e a introdução de mudanças tecnológicas é lenta ou ignorada pelas propriedades, que ocasiona a descontinuidade de permanência no campo (ENGEL, 2012).

A falta de apoio técnico é um problema para pequenos agricultores (CALDAS JÚNIOR, 2009); para isso as cooperativas agrícolas familiares são uma excelente opção para apoio, principalmente na qualificação dos produtores (CAÍRES, 2014). Os fatores inibidores da sustentabilidade estão relacionados com aumento dos custos, desconhecimento do tema, tempo, indisponibilidade de pessoas, capacitação e infraestrutura. As propriedades utilizam controles administrativos muito simplificados e algumas nem possuem (CAÍRES, 2014).

Em relação ao fator ambiental, as análises estão centradas na legislação, no impacto da Reserva Legal e Área de Preservação Permanente em pequenas propriedades rurais. Para Gonçalves (2008), os pequenos agricultores encontram dificuldades para conciliar a exploração

racional da terra e o cumprimento da norma legal. Ao mesmo tempo a legislação Ambiental brasileira é engessada e necessita ser mais flexível para determinadas regiões. Gonçalves (2008) sugere o imposto ambiental urbano para compensar a preservação ambiental realizada pelos pequenos produtores, já que o poluidor de fato é o meio urbano. Além da sugestão de qualificação dos jovens para atuar de forma sustentável. Uma alternativa é a produção do mel em Reserva Legal ou Área de Preservação Permanente e produção de cestarias de vime ou produtos artesanais.

Segundo Bello (2009), no Paraná a isonomia da implementação das Reserva Legais recai como um ônus ao produtor, que compromete a função social da propriedade garantida na Constituição brasileira. Nessa visão o autor desconsidera os aspectos da biodiversidade, tão importantes para a sustentabilidade.

Outros trabalhos propõem políticas públicas para determinados municípios visando a análise de soluções de gerenciamento dos resíduos. Nas propriedades rurais orgânicas, a capacidade de renovação é maior do que nas propriedades convencionais (NAKAJIMA, 2014).

Assentamentos em Goiás sofrem com saneamento ambiental, problemas com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta pública de resíduos sólidos (BARROS, 2013).

A condição da água também é relevante para as propriedades; as nascentes em algumas propriedades podem estar contaminadas em decorrência do uso de agrotóxicos. Algumas instalações rurais são inadequadas e praticam a produção de grãos e leite, que acaba não deixando a água das nascentes em condições de potabilidade (KLIPEL, 2009).

Nesse contexto, em algumas localidades existem políticas públicas municipais de incentivo ao pagamento de produtores para a melhoria dos recursos hídricos para impactar o fornecimento de água para a cidade (JARDIM, 2010).

Políticas públicas também incentivam os produtores rurais na produção do biodiesel, como o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, que também insere a agricultura familiar numa perspectiva de combate à monocultura e garantia da diversidade de cultivos. A pauta ambiental possui maior familiaridade com a agricultura familiar na relação próxima do agricultor com o meio ambiente (LOCATELLI, 2008).

O envolvimento de entes públicos e privados para apoio aos pequenos agricultores é essencial, pois se percebe uma tendência na agregação de valor aos produtos provenientes da agricultura familiar. A produção de peixe de forma sustentável é uma opção para agricultores. O associativismo e o cooperativismo também são essenciais. O turismo

rural é outra opção favorável para pequenas propriedades (RAMBO, 2012).

A utilização de sistemas agroflorestais também é uma forma sustentável para as propriedades, pois existem possibilidades de financiamento para proprietários que possuam um projeto adequado a sua realidade. Um estudo no Ceará indica que os produtores pesquisados não tinham suas reservas legais averbadas e pouco conhecimento sobre o tema (NAPOLITANO, 2009), o que comprova a importância do apoio técnico para pequenas propriedades, pois os produtores rurais possuem dúvida quanto aos aspectos legais para adequar e realizar projetos sustentáveis voltados para a área ambiental.

As propriedades rurais também podem buscar meios diferenciados de construção. Em pesquisa realizada em São Cristóvão, Sergipe, foi apresentada uma técnica de construção que utiliza o bambu como matéria-prima principal, reduzindo custos e sendo ambientalmente viável (NUNES, 2005).

Em algumas localidades, como no Paraná, agricultores estão buscando alternativas sustentáveis para a cultura do tabaco. Por meio de índices de sustentabilidade é possível identificar as diferenças entre aqueles que utilizam métodos convencionais. Aqueles que substituíram a cultura por outras mais sustentáveis realizaram mudanças favoráveis em seus meios de vida e possuem um índice de sustentabilidade maior, motivados por situações que superaram a garantia de uma renda maior (ZOTTI, 2010).

A partir das análises foi possível classificar os trabalhos dentro das dimensões principais abordadas nos estudos, que resultou na Tabela 4.

Tabela 4 – Dimensões da sustentabilidade abordadas nos trabalhos (teses e dissertações)

Dimensão	Quantidades
Ambiental	7
Ambiental e social	2
Ambiental, econômica e social	3
Econômica	2
Econômica e ambiental	3
Social	3
Social e econômica	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

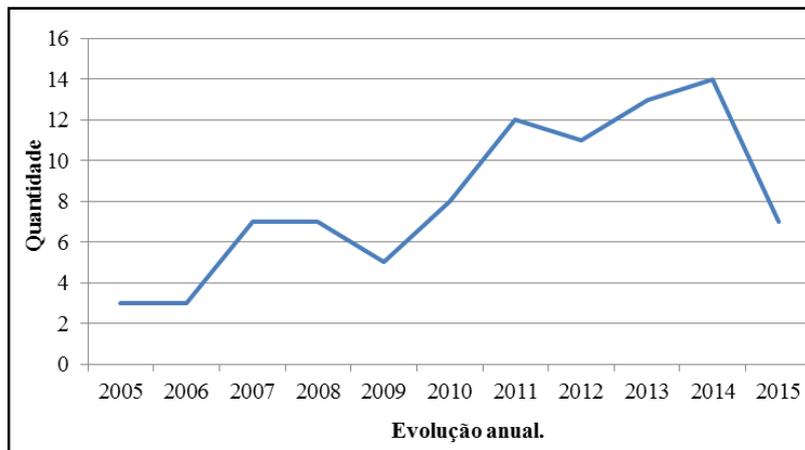
A sustentabilidade é associada com maior frequência à dimensão ambiental (Tabela 4). O manuseio e as atividades da agricultura familiar tendem a ter uma maior familiaridade com a área ambiental. A abordagem total da sustentabilidade é evidenciada em três trabalhos, enquanto que outros evidenciam no máximo duas dimensões.

Análise dos artigos científicos

Dos 90 artigos analisados, as revistas que mais publicam conteúdos sobre a sustentabilidade da pequena propriedade rural foram: Organizações Rurais & Agroindustriais (32); Estudos Sociedade e Agricultura (20); Desenvolvimento em Questão (15); Revista de Economia e Sociologia Rural (4); Saúde e Sociedade (4); Gestão & Produção (3); Revista Dados (3); Revista de Administração (FEA-USP) (2); Cadernos Ebape.br (FGV) (2); Organizações & Sociedade (2); Revista de Administração Contemporânea (1); Revista de Administração, Contabilidade e Economia (1) e Revista da Micro e Pequena Empresa (1). As revistas com maior número de trabalhos relacionados ao tema foram: Organizações Rurais & Agroindustriais (35,56%), Estudos Sociedade e Agricultura (22,22%) e a Revista Desenvolvimento em Questão (16,67%).

Os estudos ainda foram contabilizados por ano, representados na Figura 1.

Figura 1 – Evolução anual das publicações



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

É possível identificar que houve um crescimento no número de publicações a partir de 2010. A discussão em torno das pequenas propriedades rurais passa a ser considerado com maior frequência até 2014. Em 2015, em decorrência da data do estudo, não é possível afirmar se houve redução.

A Tabela 5 contém a Classificação dos Periódicos analisados de acordo com a Capes.

Tabela 5 – *Qualis* das publicações

<i>Qualis</i>	Quantidade	Porcentagem
A2	10	11,11%
B1	7	7,78%
B2	71	78,89%
B3	2	2,22%

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A maior parte (78,89%) das revistas em que os trabalhos estão publicados é classificada como B2, pela grande quantidade de artigos concentrada entre as três principais revistas analisadas.

A pesquisa qualitativa é utilizada em maior número (71,11%), além da preferência por alguns em utilizar a pesquisa mesclada com a abordagem quantitativa e qualitativa (20%). Já a pesquisa quantitativa é utilizada em 8,89% dos artigos.

A Tabela 6 apresenta a classificação dos periódicos quanto à relevância, como alta, média ou baixa, de acordo com a contribuição para a sustentabilidade na agricultura familiar.

Tabela 6 – Relevância dos trabalhos analisados

Relevância	Quantidade	Porcentagem
Alta	17	18,89
Média	37	41,11
Baixa	36	40,00

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Pela classificação na Tabela 6, conclui-se que 17 (18,89%) analisam a sustentabilidade no sentido amplo, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais, e 37 (41,11%) abordam uma ou

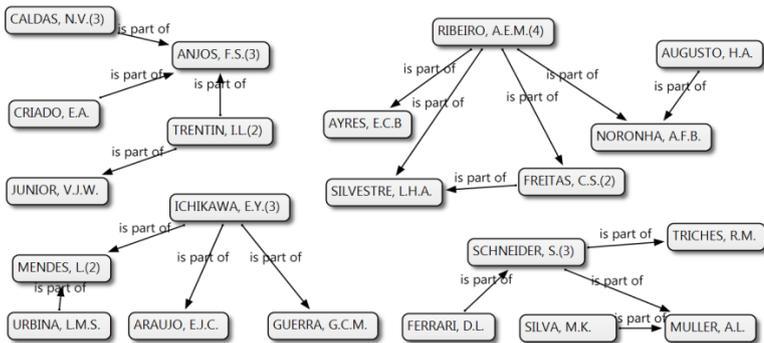
duas dimensões da sustentabilidade e 36 (40%) consideram aspectos específicos regionais com apenas uma dimensão.

As principais áreas de análises dos trabalhos estão voltadas para: a agroindustrialização; a produção de leite; o arroz irrigado; o programa de aquisição de alimentos; a diminuição da população rural; as análises sobre a visão baseada nos recursos; a produção de café; o dinamismo do envolvimento rural; as microfinanças solidárias, como o crédito solidário pode auxiliar na agricultura familiar; a pecuária de corte; as tecnologias de informação; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; a sucessão em assentamentos rurais; a produção de cachaça; a fruticultura irrigada; a agroecologia; o associativismo na agricultura familiar; a ovinocultura; a produção agroalimentar; a capacitação gerencial de agricultores; o capital social, cooperação, redes e marketing; o desenvolvimento tecnológico; os produtores de soja na agricultura familiar e indústria de biodiesel; o desenvolvimento territorial e o turismo rural; as análises sobre os programas de reforma agrária; a política de crédito governamental; a eletrificação rural; os sistemas agroflorestais; as culturas de feijão e arroz; a comercialização de frutas, legumes e verduras; as esferas públicas e a agricultura familiar; a percepção ambiental e uso do solo; a segurança alimentar; a reflexão sobre a produção de tabaco; a saúde ambiental no campo e *scorecard* sistêmico para a agricultura familiar.

As universidades com maior representação foram, respectivamente: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (21 autores e coautores); Universidade Federal de Viçosa - UFV (15); Universidade de São Paulo - USP (13); Universidade Federal de Santa Maria (9); Universidade Federal de Lavras (7); Universidade Federal de São Carlos (7); Universidade Estadual de Maringá (6); Universidade Federal de Pelotas (6); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (6); Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí (5); Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste (5); Universidade Federal da Paraíba (5); e outras.

As temáticas são trabalhadas por diferentes autores e aqueles com publicações em quatro e três artigos foram elencados em forma de diagrama de redes, conforme Figura 2.

Figura 2 – Diagrama de redes de autores

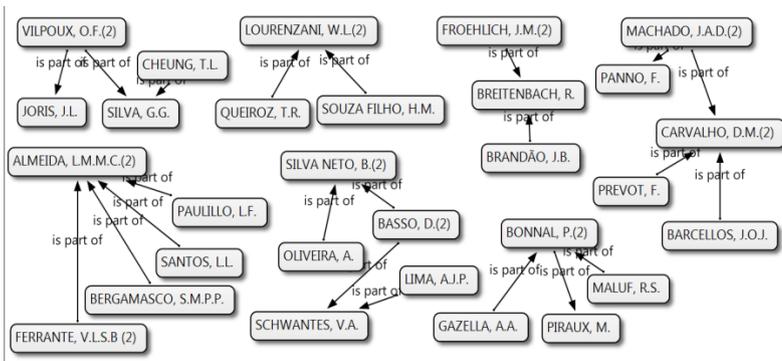


Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Para cada relação há a presença do autor no artigo, como autor ou coautor. Para os autores da Figura 2, ao lado da citação consta a quantidade de artigos publicados (caso seja maior que 1), como é o caso de Ribeiro com 4. No caso de Ribeiro, as redes de autores são concentradas no estado de Minas Gerais. Anjos possui redes com autores no Rio Grande do Sul e participação de um autor da Universidade de Sevilha. Ichikawa também realizou redes de autoria no Paraná e Schneider apresenta redes entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Autores com dois trabalhos foram organizados em redes e apresentados na Figura 3.

Figura 3 – Diagrama de redes de autores

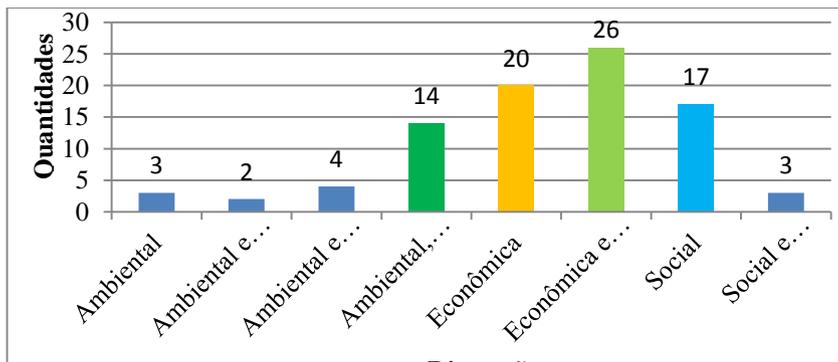


Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Cada conjunto de redes com duas publicações é vista de forma separada na Figura 3, portanto, com as análises é possível afirmar que não há uma rede específica de ligação entre vários autores, pois estes produzem de forma isolada no contexto regional onde estão fixadas as instituições.

Ainda foi possível analisar os artigos dentro das dimensões da sustentabilidade (social, ambiental e econômica), possibilitando a elaboração de gráfico com as quantidades voltadas para cada aspecto, individual ou em conjunto, na Figura 4.

Figura 4 – Dimensões abordadas nos artigos



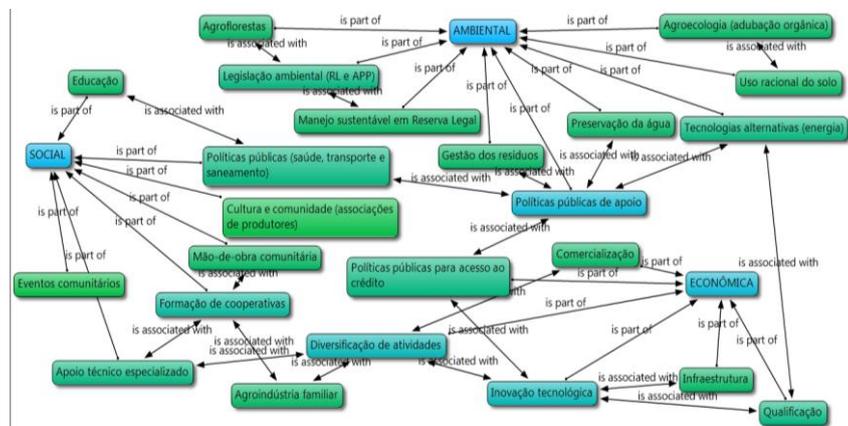
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nos artigos, a presença de abordagens voltadas para as dimensões econômica e social é maior em relação às demais. Apenas 14 trabalhos evidenciaram todas as dimensões da sustentabilidade propostas por Elkington (2004). Em relação às teses e dissertações, os trabalhos deram maior ênfase na dimensão ambiental e totalizaram 7, sendo que apenas 3 evidenciaram as três dimensões.

Ações e subdimensões da sustentabilidade em pequenas propriedades rurais

A partir dos estudos qualitativos nas teses, dissertações e artigos sob a ótica da principal temática abordada, produziram-se algumas ações e subdimensões da sustentabilidade em pequenas propriedades rurais, representadas na Figura 5.

Figura 5 – Subdimensões da sustentabilidade na agricultura familiar



Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

Os aspectos das dimensões ambiental, econômica e social nas pequenas propriedades rurais possuem ligações pela subdimensão de políticas públicas (CALDAS JÚNIOR, 2009; FILHO e RIBEIRO, 2014; JARDIM, 2010; KRONENBERGUER e GUEDES, 2014; NAKAJIMA, 2014; SILVA, NETO e BASSO, 2005). Para cada abordagem, há uma relação de necessidade de apoio por parte de instituições públicas, decorrente do contexto histórico que é construído na relação entre a sociedade e o Estado. A diversificação também apresenta-se como fundamental para fatores econômicos e sociais (PELINSKI, DA SILVA e SHIKIDA, 2005). Pode-se concluir que em pequenas propriedades rurais a familiaridade com aspectos ambientais é maior. A dimensão ambiental é essencial para a sustentabilidade efetiva (BARROS, 2013; BRUNACCI e PHILIPPI JR, 2014).

Considerações finais e recomendações

Este estudo caracterizou e analisou como a sustentabilidade é evidenciada em pequenas propriedades rurais no período de dez anos de publicações. Existem opiniões e visões diferenciadas sobre a sustentabilidade em propriedades rurais. Enquanto estudos focam no aspecto econômico, diversificação de produção e comercialização como preponderantes (KRONENBERGUER e GUEDES, 2014; MOREIRA, SILVEIRA e MOTTER, 2014; PEDINI e MACHADO, 2014; SCHNEIDER e FERRARI, 2015), outros analisam fatores ligados ao meio ambiente, agroecologia, produtos orgânicos e qualidade de vida (GONÇALVES,

2008; MENDES e URBINA, 2015; NAKAJIMA, 2014; PHILERENO, 2008; PIOVESAN, 2011). Os fatores sociais são frequentemente atrelados à formação cooperativa (CAÍRES, 2014; SILVA *et al.*, 2014), de associações e mobilizações dos agricultores com propósito de união e competitividade com tendências para uma abordagem econômica (RAMBO, 2012; SANGALLI, 2015).

De forma geral, teses e dissertações discutem com maior frequência a dimensão ambiental, enquanto os artigos possuem maior ênfase em aspectos econômicos e sociais.

As teses e dissertações tiveram maior número de publicações no ano de 2009, já os artigos científicos um aumento significativo nas publicações a partir de 2010. Em relação aos periódicos, a maioria possui classificação *Qualis* B2, e as principais revistas com publicações foram Organizações Rurais & Agroindustriais, Estudos Sociedade e Agricultura e Desenvolvimento em Questão.

Nas classificações quanto à relevância, no total há um alerta: houve 47 trabalhos com baixa relevância para a sustentabilidade em pequenas propriedades rurais, por analisarem apenas aspectos e casos isolados, não contextualizando as dimensões econômica, social ou ambiental. Discute-se a sustentabilidade, porém, geralmente com ênfase em apenas uma dimensão ou situação específica. A maior parte dos trabalhos citam barreiras arraigadas nos mercados agrícolas, a necessidade de apoio técnico e de políticas públicas nas três dimensões.

As redes formadas por autores ficam limitadas até quatro publicações, e prevalecem as universidades do Sul e Sudeste brasileiro em teses, dissertações e artigos. Os programas de pós-graduação com maior número de publicações são das áreas de desenvolvimento e engenharias.

As análises qualitativas indicaram que as pequenas propriedades têm uma capacidade de fomento de economias locais e proteção do meio ambiente pela sua ligação reduzida com monoculturas, aliadas e favorecendo ao desenvolvimento territorial com a diversificação das atividades.

Apesar de evidenciadas as publicações relacionadas à sustentabilidade em pequenas propriedades rurais, ainda podem ser realizados trabalhos futuros com outras bases de dados, como a *Scientific Periodicals Electronic Library* - SPELL e *Scientific Electronic Library Online* - SCIELO para ampliação da amostra. Além de pesquisas com revistas internacionais para abordar perspectivas e realidades diferenciadas.

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, M. S. C. *Empresas, ambiente e sociedade: introdução à gestão socioambiental corporativa*. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- ANJOS, F. S. dos., CRIADO, E. A. e CALDAS, N. V. Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: um diálogo entre a realidade europeia e brasileira. *Revista de Ciências Sociais - DADOS*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 207-236, 2013.
- ARRUDA, A. S. O. et al. Economia solidária e desenvolvimento local sustentável: um estudo de caso em um sistema de agricultura familiar. *Revista Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 17, n. 2, p. 163-178, 2015.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2010.
- BARROS, E. F. dos S. *Avaliação do saneamento ambiental em assentamentos de reforma agrária utilizando o método de análise hierárquica de processos*. 2013. 225 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Meio Ambiente) - Universidade Federal de Goiás, Goiania, 2013.
- BELLO, I. B. *Leis ambientais e pequenos proprietários no município de Manfrinópolis-PR: isonomia x (in) sustentabilidade*. 2009. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2009.
- BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília-DF, 25 de jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm#art3>. Acesso em: 29 de set. 2015.
- BRUNACCI, A. e PHILIPPI JR, A. A dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. (Org.). *Educação ambiental e sustentabilidade*. 2ª ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2014. p. 307-333.
- CAÍRES, T. C. de L. *Práticas de gestão orientada à sustentabilidade no agronegócio no interior paulista: inibidores e facilitadores para pequenos e médios produtores rurais*. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Ambiental e Sustentabilidade) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2014.
- CAÍRES, T. C. de L. e AGUIAR, A. de O. e. Práticas de sustentabilidade e interfaces estratégicas em pequenas e médias propriedades rurais do interior paulista. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 62-83, 2015.

- CALDAS JÚNIOR, G. C. *A pequena propriedade rural: um estudo da sustentabilidade e da percepção ambiental dos pequenos agricultores na localidade de Pacas, município de Vitória de Santo Antão – PE*. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Recife, 2009.
- CARVALHO, D. M. de., PRÉVOT, F. e MACHADO, J. A. D. O uso da teoria da visão baseada em recursos em propriedades rurais: uma revisão sistemática da literatura. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 506-518, 2014.
- CELLA, D. e PERES, F. C. Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso do empreendedor rural. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 49-57, 2002.
- CERVO, A. L., BERVIAN, P. A. e DA SILVA, R. *Metodologia científica*. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- COLAUTO, R. D. e BEUREN, I. M. Coleta, análise e interpretação dos dados. In: BEUREN, I. M. (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 5, p. 117-144.
- COSTA, T. V. da. *Avaliação técnica e socioeconômica da cultura da uva para mesa em pequenas propriedades rurais da regional de Jales (SP)*. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira SP, 2011.
- ELKINGTON, J. Enter the triple bottom line. In: HENRIQUES, A.; RICHARDSON, J. *The Triple Bottom Line: Does it all add up? Assessing the Sustainability of Business and CSR*. London: Earthscan Publications, 2004. p. 1-16.
- ENGEL, W. *(In)sustentabilidade em pequenas propriedades rurais: o caso de seis municípios localizados no extremo oeste paranaense*. 2012. 156p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2012.
- FACIONI, D. e PEREIRA, M. W. G. Análise dos determinantes da sucessão em assentamento rural no estado de Mato Grosso do Sul. *Revista Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 17, n. 1, p. 119-136, 2015.
- FILHO, J. P. A. e RIBEIRO, H. Saúde ambiental no campo: o caso dos projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais do Estado de São Paulo. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 448-466, 2014.
- FROEHLICH, J. M. Indicações geográficas e desenvolvimento territorial – as percepções das organizações representativas da agricultura familiar

- na Espanha. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 485-508, 2012.
- GONÇALVES, M. A. U. *O impacto da reserva legal e da área de preservação permanente sobre pequenas propriedades rurais (um estudo na agricultura ecológica de Antônio Prado/RS)*. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Biodireito) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2008.
- ISLABÃO, G. O. *Avaliação temporal e espacial dos atributos químicos e microbiológicos do solo em sistemas de produção de morango de Tucuru/RS*. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.
- JARDIM, M. H. *Pagamentos por serviços ambientais na gestão de recursos hídricos: o caso do município de extrema - MG*. 2010. 221 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- KLIPEL, A. *Diagnóstico ambiental participativo como subsídio à educação ambiental na Aproliso, município de Pato Branco – PR*. 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2009.
- KRONEMBERGER, T. S. e GUEDES, C. A. M. Desenvolvimento territorial rural com gestão social: um estudo exploratório entre Brasil e Argentina. *Revista Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 16, n. 2, p. 233-246, 2014.
- KLOSTER, S. e CUNHA, L. A. G. Desenvolvimento territorial e turismo rural: as relações possíveis. *Revista Desenvolvimento em Questão*, v. 12, n. 27, p. 66-94, 2014.
- KOHLER, M. C. M. e PHILIPPI JR, A. Agenda 21 como instrumento para gestão ambiental. In: PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. (Org.). *Educação ambiental e sustentabilidade*. 2ª ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2014, p. 817-840.
- LOCATELLI, V. *A inserção da agricultura familiar no programa nacional de produção e uso do biodiesel e as demandas socioambientais das suas representações*. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Planejamento Ambiental) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2008.
- MENDES, L. e URBINA, L. M. S. Comunidades de práticas e suas contribuições para o desenvolvimento tecnológico da agricultura familiar. *Revista Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 17, n. 1, p. 25-39, 2015.
- MESQUITA, J. M. *Método de avaliação do nível de sustentabilidade de programas de eletrificação rural com sistemas fotovoltaicos individuais*. 2014.

- 116 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.
- MOREIRA, V. de S., SILVEIRA, S. de F. R. e MOTTER, K. Z. Avaliação de impacto do Pronaf B sobre a satisfação de agricultores familiares em municípios de Minas Gerais. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 432-456, 2014.
- NAPOLITANO, J. E. *Crédito para sistemas agroflorestais e conservação dos recursos agroflorestais entre os agricultores familiares: o caso do PRONAF floresta no planalto da Ibiapaba – Ceará*. 2009. 118 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- NADALETO, C. E. S. A superação do desenvolvimento pelo dinamismo do envolvimento rural. *Revista Desenvolvimento em Questão*, v. 11, n.24, p. 74-109, 2013.
- NAKAJIMA, E. S. *Políticas públicas do município de Ibiúna: a sustentabilidade medida pela avaliação emergética e a pegada ecológica*. 2014. 222 f. Tese (Doutorado em engenharia de alimentos) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- NYCHAI, L. *Caracterização do modelo de agroindustrialização de pequeno porte voltado à propriedade rural familiar do município de Guarapuava-PR*. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2005.
- NUNES, A. R. S. *Construindo com a natureza bambu: uma alternativa de ecodesenvolvimento*. 2005. 122 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.
- PHILERENO, D. C. *Turismo rural como alternativa de desenvolvimento para pequenas e médias propriedades rurais: estudo de caso nos municípios de Taquara e Rolante – RS*. 2008. 173 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- PEDINI, S.; MACHADO, R. T. M. Fair trade: possibilidades de empoderamento de cafeicultores familiares no sul de Minas Gerais. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 457-481, 2014.
- PELINSKI, A., DA SILVA, D. R. e SHIKIDA, P. F. A. A dinâmica de uma pequena propriedade dentro de uma análise de Filière. *Revista Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 7, n. 3, p. 271-281, 2005.
- PIOVESAN, J. C. *Análise comparativa da sustentabilidade de pequenas propriedades rurais sob manejos agrícolas convencional e agroecológico no*

- baixo sul da Bahia*. 2011. 56 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Biomonitoramento) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- POSSENTI, M. A. *Proposta de uma sistemática para apoiar a gestão econômico-financeira de agroindústrias familiares de pequeno porte*. 2010. 214 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- RAMBO, N. F. *As novas ruralidades e as recentes alternativas da agricultura familiar no município de Itapiranga (SC)*. 2012. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- RAUPP, F. M. e BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 3, p. 76-97.
- SACHS, I. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SANGALLI, A. R. et al. Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados (MS), Brasil. *Revista Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015.
- SCHNEIDER, S. e FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. *Revista Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.
- SILVA, G. G. et al. Capital social e cooperação na agricultura familiar: uma análise comparativa entre os estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. *Revista Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 16, n. 2, p. 153-166, 2014.
- SILVA NETO, B. e BASSO, D. A produção de leite como estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. *Revista Desenvolvimento em Questão*, v. 3, n. 5, p. 53-72, 2005.
- WCED. *World Commission on Environment and Development, Our Common Future*. Oxford University Press, Oxford. 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/5FB1BA8D-C5D9-4177-AEB9-3C9F808AA0D0/FinalDownload/DownloadId-68CF1088EE19943FF4DC28E114DD33DA/5FB1BA8D-C5D9-4177-AEB9-3C9F808AA0D0/our-common-future.pdf>> Acesso em 13 jan. 2016.
- ZOTTI, C. F. *Meios de vida alternativos a cultura do tabaco nos municípios de Capanema e Planalto – PR*. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SERAMIM, Ronaldo José e Sandra Mara Stocker Lahgo. Estudo das publicações sobre sustentabilidade em pequenas propriedades rurais no período de 2005 a 2015. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2016, vol. 24, n. 1, p. 113-141, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*Estudo das publicações sobre sustentabilidade em pequenas propriedades rurais no período de 2005 a 2015*). Este estudo tem como objetivo caracterizar e analisar como a sustentabilidade em pequenas propriedades rurais é evidenciada em teses, dissertações e periódicos nacionais em língua portuguesa, no período de 2005 a 2015. A metodologia é bibliográfica, e a coleta de dados foi organizada em duas etapas: (1) pesquisas no banco de teses e dissertações do portal Ibict (Instituto Brasileiro de Informação e Ciência em Tecnologia) e Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); e (2) pesquisas em periódicos classificados no sistema *Qualis* A2 a B3 da Capes. Ao todo foram analisados 111 trabalhos. Os principais elementos analisados foram: número de publicações por ano; obras e autores mais citados; revistas que mais publicam; programas de pós-graduação e instituições; enfoques e principais temáticas por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2010). E por fim, ocorreu a classificação dos trabalhos a partir do *Triple Bottom Line* (ELKINGTON, 2004). Os resultados permitiram elencar ações e subdimensões da sustentabilidade em pequenas propriedades rurais e confirmar que teses e dissertações têm trabalhado com maior frequência a dimensão ambiental, enquanto que artigos possuem foco maior em aspectos econômicos e sociais.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, pequena propriedade rural.

Abstract: (*Study of publications on sustainability in small farms from 2005 to 2015*). This study aims to characterize and analyze how sustainability in small farms was evidenced in theses, dissertations and national periodicals in Portuguese, from 2005 to 2015. The methodology is bibliographical, and data collection was organized in two stages: (1) research in the databank of theses and dissertations of the Ibict portal (Instituto Brasileiro de Informação e Ciência em Tecnologia) and Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); and (2) research in journals classified as *Qualis* A2 to B3 by Capes. Altogether 111 works were analyzed. The main elements analyzed were: number of

publications per year; most cited works and authors; journals that published the most; post-graduate programs and institutions; foci and main themes through content analysis (BARDIN, 2010). Finally, works were classified according to the "triple bottom line" (ELKINGTON, 2004). The results permitted the identification of actions and sub-dimensions of sustainability on small farms and to confirm that theses and dissertations have worked most often on the environmental dimension, while articles have a greater focus on economic and social aspects.

Keywords: sustainable development, sustainability, small rural property.

Recebido em fevereiro de 2016.

Aceito em abril de 2016.